

GESTÃO DE RECURSOS DA BIODIVERSIDADE DE USO COMUM NO BRASIL: LEVANTAMENTO DAS INICIATIVAS E DESCRIÇÃO DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS



Fernanda B. Piccolo^{1,2} nandapiccolo@yahoo.com.br, Cristiana S. Seixas² csseixas@unicamp.br

¹ INSTITUTO DE BIOLOGIA

² NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS (NEPAM)

Agência financiadora: PIBIC – CNPq

Palavras-chave: Recursos de Uso Comum – Biodiversidade – Arranjos Institucionais



Introdução

Recursos naturais de uso comum configuram uma classe de recursos para a qual a exclusão por potenciais usuários é difícil e o uso conjunto envolve subtração (Feeny et al. 1990). O objetivo deste estudo foi descrever o universo da pesquisa sobre recursos da biodiversidade de uso comum no Brasil.

Metodologia

- ▶ Levantamento bibliográfico: *Google Acadêmico* (maio/2009 – junho/2010)
- ▶ Ano das publicações: Recursos pesqueiros - levantamentos somente após 2006, demais recursos até 2010
- ▶ Literatura científica em português: recursos de uso comum da biodiversidade
- ▶ Combinação de palavras-chave:

Gestão de recursos naturais de uso comum	+	Agricultura
Recursos de uso comum		Caça
Recursos naturais de uso comum		Extrativismo
Teoria dos comuns		Floresta
		Pesca
		Recursos pesqueiros
		Roça
- ▶ Criação de um banco de dados (organização)
- ▶ Análise dos documentos

Resultados e discussão

Tabela 1: Distribuição por tipo de documento.

Tipo de documento	Total
Trabalho apresentado em encontro, congresso ou conferência	28
Artigo	26
Tese	13
Dissertação	12
Monografia	1
Relatório de iniciação científica	1
Capítulo de livro	1
Outros manuscritos	7
Total	89

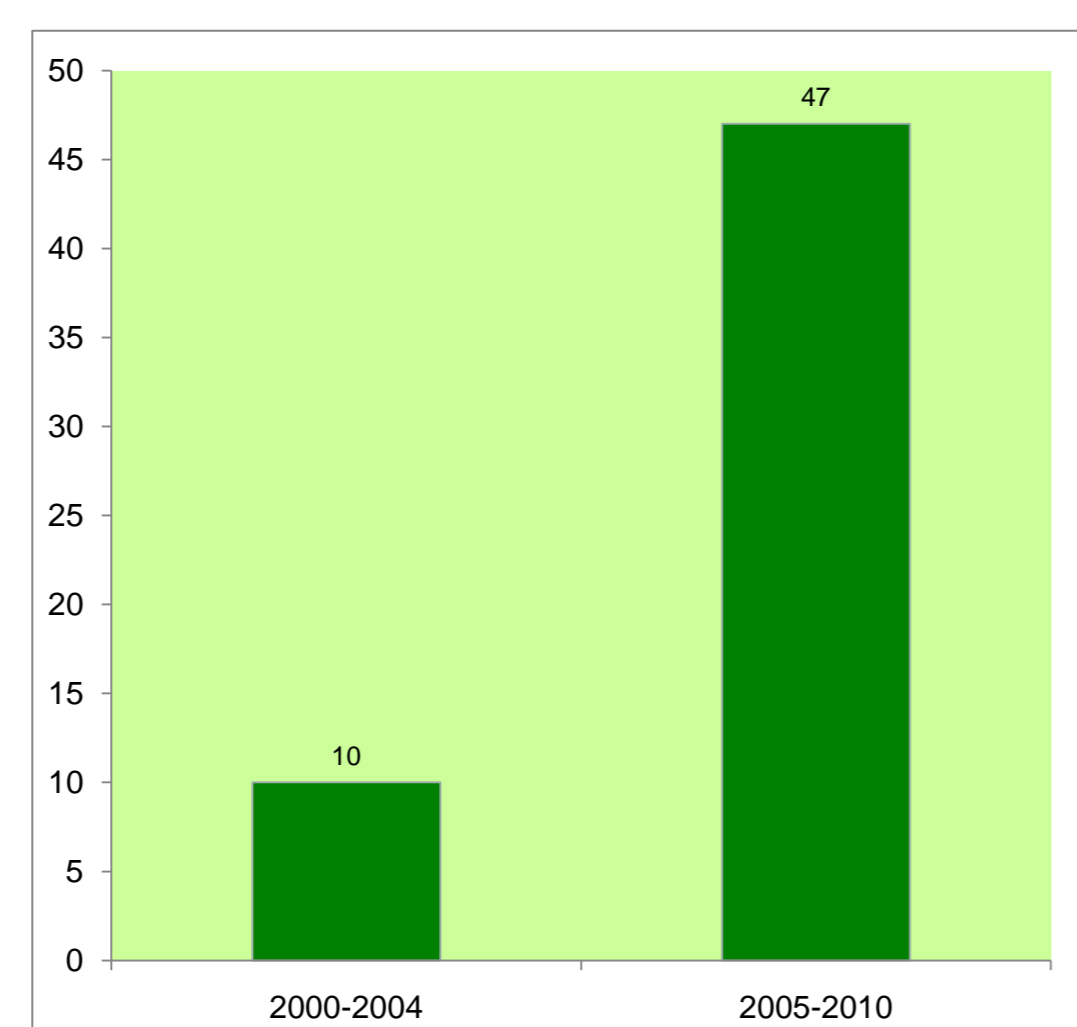


Figura 1: Distribuição de documentos, exceto sobre recursos pesqueiros, por período de publicação (n=57).

Os resultados indicam:

- ▶ Baixa proporção de artigos e capítulos: 30% (Tabela 1)
- ▶ As revistas que mais publicaram artigos sobre o tema foram: *Ambiente e Sociedade* (3); *Acta Amazônica* (2); *Ateliê Geográfico* (2); *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (2) e *Revista Economia e Sociologia Rural* (2).
- ▶ Os principais encontros onde se apresentou os trabalhos foram: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS (13); Congresso Brasileiro de Sociologia (4) e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (2).
- ▶ Grande aumento da produção no último quinquênio (Fig. 1).
- ▶ Distribuição heterogênea das áreas de pesquisa, salientando a predominância de trabalhos na região Norte e apenas dois trabalhos na região Centro-oeste (Fig. 2).

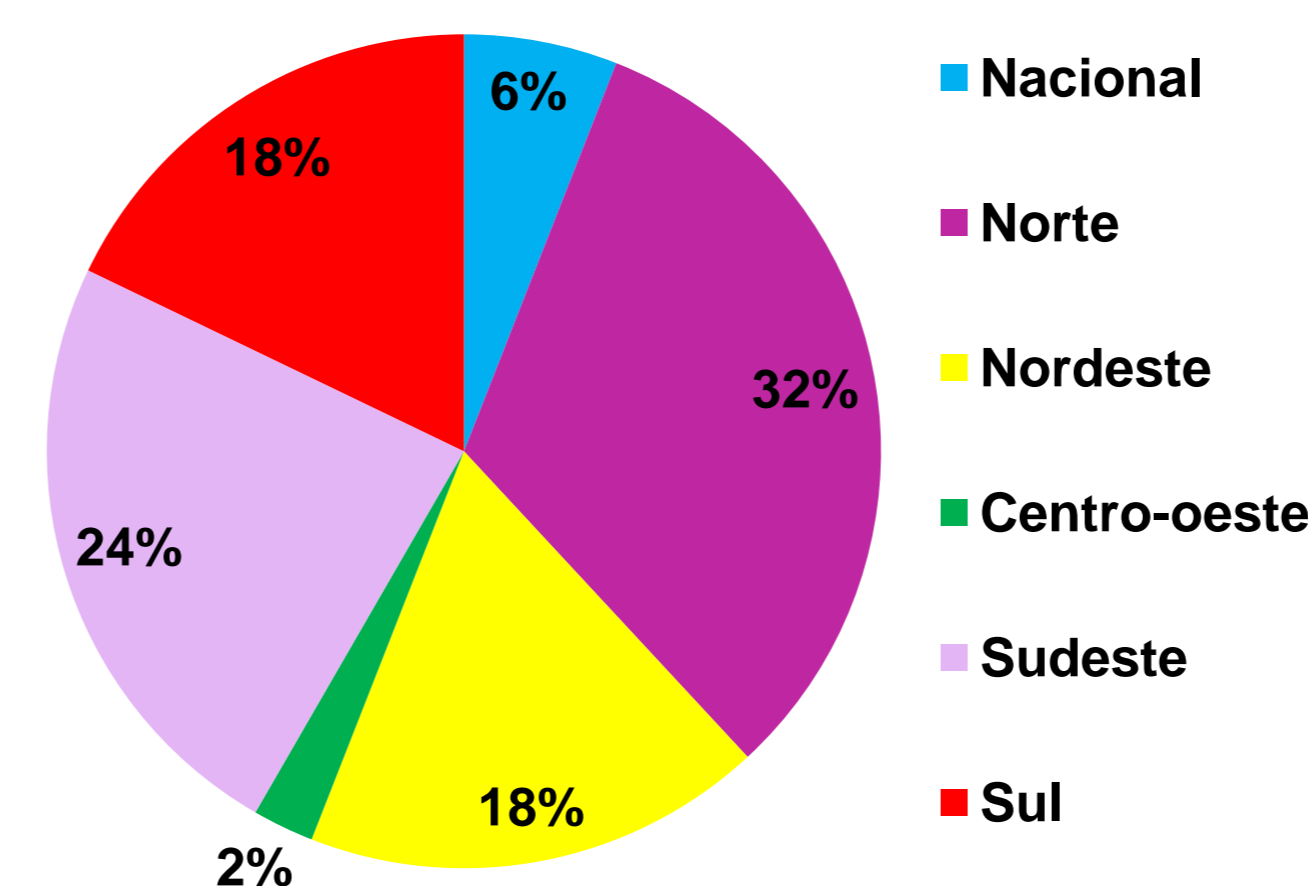


Figura 2: Distribuição da áreas de pesquisa descritas nos documentos por região (n=89). Nacional: estudos que abordaram todo o território brasileiro.

Tabela 2: Relação dos arranjos institucionais categorizados para cada classe de recurso identificada.

	Recursos vegetais	Recursos pesqueiros	Mais de uma classe	Vida selvagem	Número de ocorrências
Manejo local	19	14	7	-	40
Unidades de Conservação	8	12	14	2	36
Agricultura familiar	5	-	4	-	9
Fórum	-	3	-	-	3
Políticas públicas	1	1	-	-	2
Sistemas abertos sustentáveis	-	-	1	-	1
Número de ocorrências	33	30	26	2	

Com relação aos arranjos institucionais, observamos que (Tabela 2):

- ▶ Não há um tipo de arranjo específico para cada classe de recurso.
- ▶ O manejo local e as Unidades de Conservação (UCs) são os arranjos mais investigados.
- ▶ Não há documentação sobre manejo local para vida selvagem. Isto pode indicar que a estatização deste tipo de recurso (i.e. apropriação estatal *de jure*) acabou por torná-lo um recurso *de facto* de livre acesso (i.e., sem um regime de apropriação efetivo), com conseqüências para a conservação da biodiversidade. Isto é, o livre acesso pode levar à Tragédia dos Comuns (Hardin 1968).
- ▶ As UCs são utilizadas para manejar diferentes classes de recursos.
- ▶ No caso das UCs de Proteção integral os documentos abordam principalmente as questões de conflitos sobre uso de recursos.
- ▶ As discussões sobre manejo local giram em torno da questão de sustentabilidade e da fragilidade deste tipo de arranjo frente as pressões econômicas e políticas externas.

Embora o número de trabalhos realizados em, ou sobre, unidades de conservação (UC), não se diferencia muito entre UC de Uso Sustentável (53%) e UC de Proteção integral (39%), geralmente no primeiro caso discute-se a adequação deste tipo de arranjo como forma de manejar recursos de uso comum enquanto no segundo caso, critica-se o arranjo.

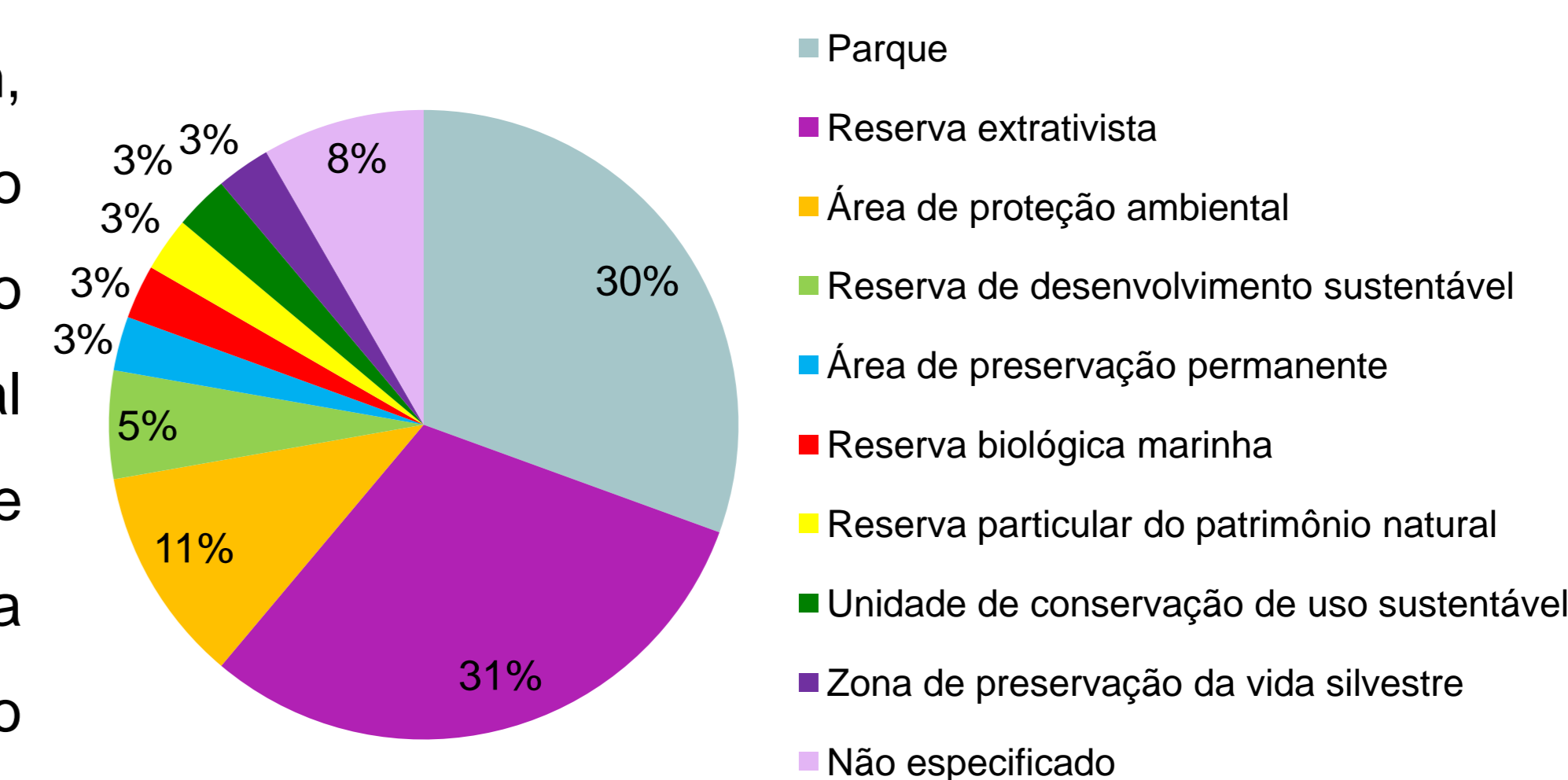


Figura 3: Categorias de unidades de conservação citadas (n=36).

Conclusões

- ▶ Os estudos sobre recursos naturais de uso comum tem aumentado consideravelmente no país nos últimos anos. Entretanto, ainda há regiões e arranjos institucionais pouco investigados.
- ▶ A divulgação das pesquisas sobre recursos de uso comum são feitas principalmente em revistas interdisciplinares, como a *Ambiente e Sociedade*, e em encontros científicos também de âmbito interdisciplinar, como a ANPPAS.
- ▶ Tendo em vista a fragilidade de alguns arranjos de manejo local frente à pressões externas, a criação de unidades de conservação de uso sustentável (principalmente aquelas com conselhos deliberativos) pode ser uma, mas não a única, alternativa para o manejo sustentável.

Bibliografia:

Feeny, D.; Berkes, F.; McCay, B. J. & Acheson, J. M. (1990) A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: Diegues, A. C. & Moreira, A. C. C. (orgs.) (2001) *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: UICN/Nupaub-USP, p.17-42.

Hardin, G. (1968) The tragedy of the commons. *Science* 162: 1243-1248.